

Planeamento Cultural e Cultura de Planeamento

Paulo Castro Seixas

CAPP - ISCSP – Universidade de Lisboa

INTRODUÇÃO

Dependendo dos países, desde pelo menos os anos 80 do século XX que a economia da cultura se tornou importante no planeamento regional e urbano. Ao longo destas décadas, as disciplinas teóricas e as práticas ligadas ao planeamento físico foram importando capital humano, conceitos e métodos relacionados com as artes, por um lado, e com as ciências sociais por outro, particularmente a Antropologia. A transição de um planeamento físico para um planeamento cultural implicou e ainda implica dois grandes desafios: por um lado, novas definições e tradições pela interrelação dos campos do planeamento e da cultura, constituindo o Planeamento Cultural; por outro lado, o lugar do próprio planeamento cultural no quadro do planeamento estratégico, das suas equipas e métodos de trabalho, levando (ou não) a uma nova Cultura de Planeamento.

É em torno desses dois desafios que este texto se articula. Face ao primeiro desafio, o objetivo é fazer uma análise, ainda que breve e incompleta, da história, definições e tradições do Planeamento Cultural. Em relação ao segundo desafio, o objetivo é interrogar o lugar do saber cultural face às etapas de um planeamento estratégico, suas equipas e métodos de trabalho. Esta segunda reflexão é não só teórico-metodológica, uma reflexividade objetivista, mas também uma equação pessoal, ou seja uma reflexividade subjetivista pois equaciono o meu próprio papel como investigador da cultura envolvido em equipas contratadas para a elaboração de planos estratégicos urbano-territoriais.

A pergunta central que se coloca neste texto é se o Planeamento Cultural é mais um novo *tipo* de Planeamento ou se é antes uma nova *forma* de encarar o Planeamento?

Esta pergunta surge de uma certa dificuldade de passar a mensagem do Planeamento Cultural no quadro de equipas de planeamento em que eu próprio estou envolvido. O Antropólogo ou Sociólogo é associado a equipas de planeamento muitas vezes de forma supletiva (as candidaturas têm de ter um sociólogo) ou, quando por interesse específico, normalmente em função dos estudos prévios (demográficos, sociais e culturais) ou em função de planos efectuados relativamente a outras culturas, em que se considera a análise de um cientista social (e em particular, um antropólogo) necessária mesmo que seja apenas para legitimar ações de planeamento pouco refletidas culturalmente. Quando se introduz a variante discursiva 'Planeamento Cultural', uma primeira reação pode ser a dificuldade em enquadrar e inserir tal planeamento no processo regular de planeamento estratégico territorial. Uma segunda possibilidade é a de tentar identificar o planeamento cultural como um planeamento sectorial, ao lado de um planeamento das infra-estruturas, da mobilidade, do turismo ou outro. Ou seja, supõe-se que se trata de um planeamento sectorial que dará origem a um 'Plano Cultural', as mais das vezes concebendo-se este como um Plano das Artes. Ora, em grande parte, isto é exactamente o contrário do que se defende como Planeamento Cultural:

nem mais uma sectorialização do planeamento nem a confusão do planeamento cultural com planeamento das artes é de todo a pretensão do planeamento cultural. Assim, ainda que o Planeamento Cultural possa ser entendido como um *Tipo* de Planeamento, a verdade é que a compreensão desse tipo de planeamento implica grandemente a mudança na *Forma* de Planeamento, quer dizer, uma nova cultura de Planeamento. É isso que se defenderá neste texto.

Ainda que este texto seja grandemente de carácter reflexivo e interrogativo, tendo como base a relação entre dois tipos de trabalho de terreno (o trabalho de biblioteca e o trabalho em equipas de planeamento), termina-se com uma síntese das implicações e exigências da transição de um paradigma de Planeamento Físico para um paradigma de Planeamento Cultural.

1. O DESAFIO DO PLANEAMENTO CULTURAL: DEFINIÇÕES, HISTÓRIA E TRADIÇÕES

#Definições do Planeamento Cultural

A história da importância da cultura na gestão pública e na política implica sempre uma referência a André Malraux, ministro francês da Cultura no pós-guerra que foi o pioneiro das actuais Políticas da Cultura. No entanto, apesar desta precedência francesa nas Políticas da Cultura, em França, só 30 anos depois com Jack Lang, em 1981 é que a cultura passou a estar no centro da política e, porventura, no centro de tudo com a frase célebre “Tudo é cultural”. Pode-se mesmo dizer que em França da década Malraux à década Lang se dá a “passagem da democratização da cultura (todo o mundo tem direito ao acesso à cultura da elite) à democracia cultural (as práticas de todos devem merecer igual reconhecimento)” (Olivier, 2012). Assim se percebe que muita da bibliografia sobre a relação prática entre a política da cultura e o ordenamento do território a que corresponde o conceito de Planeamento Cultural seja muito mais anglófona do que francófona.

Dreeszen (cit in Sirayi 2008, p. 333) afirma que o conceito de ‘Cultural Planning’ terá surgido pela primeira vez com o livro de Harvey Perloff (1979) em que o autor recomenda o planeamento cultural como forma das comunidades identificarem os seus recursos culturais para atingirem a excelência artística e o desenvolvimento comunitário (Sirayi 2008, p333).

Ghilardi (2001) inscreve a origem do planeamento cultural numa “tradição de planeamento radical e gestão humanística das cidades proposta no início dos anos 60, principalmente por Jane Jacobs” referindo ainda a importância de Patrick Geddes (2001: 4). Ghilardi refere que Jane Jacobs propõe a cidade como um sistema vivo (‘living system’), recusando a lógica do planeamento tradicional de analisar os usos da cidade, de forma categorial e separada. Recorrendo a Peter Hall (1996), Ghilardi refere que a ideia de cidade de Jane Jacobs, como “um ecossistema de processos físicos-económicos-éticos interactuando entre si num fluxo natural” (id: 4) foi devedora da ideia de ‘região natural’ que Patrick Geddes, um biólogo e

filósofo escocês que importou essa ideia da geografia francesa, referindo que o planeamento teria que começar com um levantamento de recursos de tal região natural (em que Folk-Work-Place seriam elementos centrais), das respostas humanas a tais recursos, e das complexidades da paisagem cultural daí resultantes, assim como da resposta humana a tal região natural (Ghilardi, *Cultural planning and cultural diversity*, 2001, p. 4)

Mercer (2006: 5-6), por seu turno, afirma que o planeamento cultural é uma ideia que está inscrita no movimento do planeamento urbano desde o início da sua história, no início do século XX, ainda que tenha sido o planeamento físico o que acabou por dominar a área do urbanismo e planeamento ao longo do tempo. Mercer indica três autores como referências centrais na história da ideia do planeamento cultural: Patrick Geddes, o fundador da disciplina e prática de Planeamento Regional e Urbano em Inglaterra; Lewis Mumford seu discípulo e autor de *A Cidade na História*, e Jane Jacobs, principalmente na sua obra *The Death and Life of Great American Cities; the failure of planning*. Mercer considera Patrick Geddes a referência inicial do planeamento cultural retomando mesmo três dos seus princípios de planeamento como fundamentais:

1. O planeamento não é uma ciência natural mas uma ciência humana;
2. Inquirir (Survey) antes de planear;
3. As cidades produzem cidadãos

Apesar de se poder recuar o Planeamento Cultural ao Planeamento enquanto disciplina, a verdade é que a preponderância do planeamento físico por um lado e a polivalência do adjetivo 'cultural' por outro leva a que a expressão 'Planeamento Cultural' crie algumas dificuldades. Por vezes confunde-se Planeamento Cultural quer com mascaramento cultural, quer com estetização de espaço público, quer com uma espécie de engenharia da cultura. Assim, para definir adequadamente o que é Planeamento cultural, convém referir o que o Planeamento Cultural não é.

- O Planeamento Cultural não é um mascaramento cultural

A criação de projectos urbanos de lazer e entretenimento que convivam e sirvam mesmo para ocultar profundas desigualdades sociais e económicas não podem ser confundidas com planeamento cultural (Mercer, 2006: 6)

- O Planeamento Cultural não é a estetização do espaço público

O embelezamento ou/e a estetização do espaço público, seja por mera recuperação de fachadas e pavimentos, por renovação de praças e jardins, pela colocação de mobiliário urbano de design, pela promoção da chamada 'arte pública' não podem ser confundidos com planeamento cultural. (Mercer, 2006: 6)

- O Planeamento Cultural não é uma engenharia da cultura

O planeamento das infra-estruturas culturais, um projecto de programação cultural dos espaços ou, pior, a tentativa de programação da vida das pessoas numa espécie de engenharia

cultural não podem ser confundidos com o planeamento cultural. No entanto, a relação entre planeamento cultural e planeamento da cultura não é simples e requer alguma atenção.

É, também, porventura em função do domínio dos especialistas da área do planeamento físico que o planeamento cultural se entende/pretende muitas vezes limitar e reduzir apenas a um sector ou a um produto do planeamento, como se o objetivo do planeamento cultural fosse fazer um planeamento da cultura ou mesmo um plano cultural, como se se tratasse de um mero plano sectorial e, numa segunda falácia, em que as mais das vezes, se confunde 'cultura' com 'arte', tratando-se o planeamento cultural como a mera incorporação de um Plano das Artes no planeamento tradicional. Ora, a *setorização* da cultura e a *artistificação* da cultura são duas das formas de descaracterizar e desvalorizar o Planeamento Cultural, sendo obviamente uma forma redutora e errónea de o compreender.

Assim, quanto à *setorização*, ainda que neste texto se assuma uma posição contrária a qualquer setorização, a verdade é que um dos problemas evidentes na definição de Planeamento Cultural é a dificuldade em estabelecer as diferenças entre planeamento cultural e planeamento da cultura. Esta discussão é mesmo interna ao próprio campo do planeamento cultural. Para uns (Bianchini e Ghilardi, 1997; Landry, 2008) o planeamento cultural não é de todo o planeamento da cultura; enquanto para outros (Mercer, 2006) uma determinada conceção de planeamento da cultura parece sobrepor-se grandemente ao planeamento cultural. Uma das explicações possíveis para este dilema entre o Plano Cultural como produto setorial e o planeamento cultural como processo agregador do Planeamento Territorial é a de que as Local Agencies of Arts/and Culture, que surgiram nos Estados Unidos a seguir à II Grande Guerra elaboraram Planos para as Artes e a Cultura, antes da emergência do Planeamento Cultural propriamente dito como consequência do *Cultural Turn* em várias áreas nos anos 70-80. Assim, as duas perspectivas acabaram por se imiscuir em tradições paralelas e cruzadas, criando uma discussão interna ao próprio campo.

Landry estabelece uma clara diferença entre planeamento cultural e planeamento da cultura, recusando de todo este último: 'Cultural Planning is the process of identifying projects, devising plans and managing implementation strategies based on cultural resources. It is not intended as 'the planning of culture' – an impossible, undesirable and dangerous undertaking – but rather as a cultural approach to any type of public policy" (Landry, 2008: 173). Também Lia Ghilardi e Franco Bianchini consideram que o planeamento cultural não é o planeamento da cultura:

"it is important to clarify that cultural planning is not the 'planning of culture' but a cultural (anthropological) approach to urban planning and policy" (Bianchini e Ghilardi, 1997: 84-85, cit in Ghilardi, 2001: 4).

Já Mercer tem uma posição relativamente diferente, ainda que se evidencie uma óbvia cautela face a uma qualquer possibilidade de engenharia da cultura.

"To speak of cultural resources, then, rather than remaining hostage to a definition of culture as art, is intrinsically more democratic, more conscious of the realities of cultural diversity and pluralism, more aware of the sometimes intangible features of cultural heritage and patrimony, more respectful of the simple fact of *difference*. This is why my response to the question 'Can culture be planned?' is not only

in the affirmative but in the imperative mode. It does not mean 'the planning of culture' in a *dirigiste* sense but, rather ensuring that culture is always present and not marginalized in the planning process." (Mercer, 2006: 8).

Quanto à *artistificação* do Planeamento Cultural, e recorrendo também a Mercer, este conta 'uma história exemplar':

"A conversa era com um residente vietnamita no West End de Brisbane (uma zona tradicional e historicamente étnica e da classe operária), adjacente ao Centro Cultural de Queensland [Austrália]. O residente vietnamita referiu-me que estava confuso com este título, dado que uma vez tinha visitado o Centro Cultural e não encontrou cultura mas sim ARTE. Arte que é, de acordo com a definição essencialmente europeia, regida por princípios estéticos. Tal não é considerado cultura para os vietnamitas. Não é considerado como cultura para muitas outras comunidades não-anglófonas e não certamente para as comunidades indígenas. Pode-se, de facto, ver objetos destas comunidades expostos num centro cultural mas frequentemente foram transformados dos seus sentidos e usos originais -a sua história cultural- nos objetos bastante diferentes, de contemplação estética, que caracteriza as conceções europeias típicas do objeto de arte. Esta conceção de cultura, restrita, pré-moderna, pré-industrial mas extremamente poderosa e discriminatória, não tem qualquer utilidade como base do planeamento cultural" (Mercer, 2006, p.8)

Esta história evidencia bem os problemas que decorrem de uma confusão entre cultura e arte, implicando muitas vezes uma setorização, uma elitização e mesmo uma ocidentalização do conceito de cultura, descaracterizando-o e retirando-lhe força, principalmente na relação entre políticas da cultura e ordenamento do território.

Para uma definição pela positiva de planeamento Cultural, apresenta-se, de seguida, uma proposta. Colin Mercer, referência central do Planeamento Cultural na Austrália e co-autor do *Handbook of Cultural Planning*, define Planeamento Cultural da seguinte forma:

"*Cultural planning is the strategic and integral use of cultural resources in urban and community development*" (Mercer, 2006: 6)

As palavras-chave do Planeamento Cultural, segundo o próprio Mercer, são o seu carácter **Estratégico** (parte e centro de uma estratégia vasta de desenvolvimento comunitário e urbano), o facto de ser **Integral** (fazendo parte desde o início e como componente vital de uma 'coligação de crescimento'), de ser efectivamente um **Planeamento** (alargando, lateralizando e complexificando o pensamento dos planeadores tradicionais) e, finalmente, a mais importante palavra-chave, o objecto do planeamento: os **Recursos Culturais** (a 'matéria' do planeamento cultural e em que 'a cultura é o que conta como cultura para aqueles que nela participam', aproximando-se, portanto do conceito antropológico de cultura como 'modo de vida').

Ao desenvolver estas palavras-chave do planeamento cultural Mercer acaba por contribuir para complementar a definição resumida apresentada acima, caracterizando papéis dos planeadores culturais:

Ao nível estratégico, os planeadores culturais devem ser **tradutores**, estabelecendo pontes entre os recursos para a inovação e aqueles que deles necessitam. Os planeadores culturais devem ser o centro do planeamento estratégico.

Quanto à concepção integral do planeamento, os planeadores culturais devem **articuladores**, persuadindo os demais planeadores que o que está a ser planeado no planeamento cultural são os estilos de vida, a textura da qualidade de vida, as rotinas diárias fundamentais e as estruturas de residência, consumo, trabalho e lazer – cultura, trabalho, lugar (**folk, work, place**). Não apenas ruas e edifícios mas conjunções de hábitos, desejos, acidentes e necessidades – cultura, trabalho, lugar (folk, work, place).¹

Quando à concepção de planeamento, os planeadores culturais devem **alargar a agenda** dos demais planeadores, expandindo-a, lateralizando-a, confundindo-a. Devem propiciar ‘uma correção ética baseada em consulta pública e pesquisa em vez de projectos estéticos de espaços utópicos e planos urbanos’ (Mercer, 2006: 7) Colin Mercer, adaptou ao Planeamento Cultural seis princípios do “Boas Práticas em Planeamento” do Conselho de Artes de Winston-Salem, da Carolina do Norte:

1. É importante conhecer todas as necessidades de uma comunidade e não apenas as necessidades nas artes.
2. O planeamento deve ser entendido como um processo contínuo e não uma função ocasional.
3. O planeamento de longo prazo deve ser refletido num documento plurianual (um plano estratégico) e o de curto prazo em função de um plano operacional.
4. O elemento crítico no planeamento eficaz é a participação da comunidade.
5. No processo de planeamento é preciso ao mesmo tempo sensível e prescritivo face às necessidades dos constituintes.
6. Para assegurar o pluralismo cultural é essencial que os planeadores culturais percebam que diferentes segmentos constituem a comunidade, levar a cabo discussões e desenvolver pesquisa com cada grupo, e incluir representações de cada grupo nas assembleias e comissões, assim como no processo de avaliação. (Mercer, 2006: 7)

Finalmente, quanto aos recursos culturais, o papel dos planeadores culturais é o de possibilitar uma **consciência cultural** das realidades da diversidade cultural e do pluralismo, “alargando a agenda do planeamento de forma a incluir quer novos produtos culturais das indústrias culturais, quer os produtos oriundos da diversidade cultural e experiências de outras culturas” (Mercer, 2006: 8).

¹ “what is being planned in cultural planning are the lifestyles, the texture and quality of life, the fundamental daily routines and structures of living, shopping, working, playing – folk, work, place. Not just streets and buildings but conjunctions of habit, desire, accident and necessity –folk, work, place.”

#Fases do Desenvolvimento do Planeamento Cultural

Apesar da expressão ‘Planeamento Cultural’ ser relativamente recente, a dimensão cultural nas estratégias de planeamento urbano não surgiu com o Planeamento Cultural. Uma visão histórica de tais estratégias ao longo do século XX foi sumariada por Freestone e Gibson e adaptada por Graeme e Foord (Graeme & Foord, 2008, p. 71).

Quadro 1. A dimensão cultural nas estratégias de planeamento urbano (Adaptado de Graeme & Foord, 2008)

Período	Paradigmas	Proponentes	Lugares, Planos e Exemplos
1900-1910	Cidade como obra de arte	Burnham, Howard	Modelos de Paris, Viena, movimento da cidade bela (City Beautiful Movement); Cidade Jardim
1910-1950	Zonamento cultural	Bartholomew, Abercrombie, ACGB (<i>Planos para um Centro de Artes</i>)	Centros cívicos culturais; equipamentos de bairro (parques e campos de jogos); planos gerais da cidade funcional pós-guerra
1960-1970	Culturas de comunidades	Jane Jacobs, ACGB <i>Casa das Artes, Jennie Lee</i>	Equipamentos para as artes; movimento de conservação/património; desenvolvimento comunitário; planeamento de artes e desporto (centros)
1970	Equipamentos bandeira	Moses, Lane (UK) – <i>Every Town should have one</i>	Centro Lincoln e Centro JFK; Opera de Sydney; Mercado Quincy em Boston; Movimento dos Centros de Arte
1980-1990	Cultura no desenvolvimento e regeneração urbanas	Cidades/Presidentes de Câmara ‘progressistas’ – Barcelona, Baltimore, Glasgow; <i>Culture of Cities</i> , Zukin (USA)	Cultura e regeneração urbanas; estratégias de indústrias e bairros culturais; Festivais em praças; cidades europeias da cultura
1990-2000	Cidade criativa	Landry; Bianchini; Florida; Scott (USA); Marcer (Austrália)	Capitais da cultura; planeamento dos recursos culturais; classe criativa; bairros criativos
2001-presente	Comunidades sustentáveis	<i>Cidade compacta; alta densidade; novo urbanismo; Qualidade de design (CABE)</i>	Cultura e qualidade de vida; <i>habitabilidade</i> , modelagem de lugares; clusters criativos; lugares habitáveis.

A importância da economia da cultura implica já que vários autores tenham tentado estabelecer fases do seu desenvolvimento e do seu impacto nos territórios e cidades. Bianchini em 1999 identificou três fases históricas nas 'políticas culturais urbanas': a da Reconstrução; a da Participação e a do Marketing Territorial (Bianchini, cit in Sacco & Crociata, 2013, pg 1692), Evans e Foord analisaram as fases da evolução das artes e do planeamento cultural no Reino Unido em função de três fases (Graeme & Foord, 2008): cultura como equipamento, planeamento das artes e planeamento cultural. Sacco e Crociata (Sacco & Crociata, 2013) identificam cinco perspectivas políticas culturais e suas aproximações territoriais: Educacional, Económica, Regenerativa e Progressiva. Por seu lado, Grodach (Grodach, 2013) identifica também cinco modelos no desenvolvimento da economia cultural: o "modelo convencional", o "modelo da cidade criativa", o "modelo das indústrias culturais", o "modelo das ocupações culturais" e o "modelo do planeamento cultural".

Graeme e Foord fazem uma análise da "evolução das artes e planeamento cultural no Reino Unido" em função de três momentos centrais: 1) Cultura como equipamento, 2) Planeamento para as artes e 3) Das artes ao planeamento cultural. Estas três perspectivas face ao não só possibilitam uma análise dos significados do planeamento cultural ao longo do tempo mas também uma base para a comparabilidade internacional do Planeamento Cultural nas suas diferentes valências.

Quadro 2. Evolução das artes e planeamento cultural no Reino Unido (adaptação livre de Graeme & Foord, 2008)

	Cultura como Equipamento (1925-1945)	Planeamento das Artes (1945-2000)	Planeamento Cultural (2000 e seguintes)
Conceito-chave	'amenity' (equipamento)	"rede nacional de centros de arte"	Visão territorial da cultura; Planeamento cultural como cultura de planeamento
Princípios de planeamento	"padrão dos 6 acres"(1925); 'unplanned' (não-planeamento)	"Area we building a new culture?" (1943) "Plans for a arts centre"(1945) "Housing the arts in Great Britain" (1959)	Cultura como sustentabilidade e governança
Concretização	contingência da filantropia, iniciativa privada e institucionalização da tradição	"Arts Council"- criado em 1945 "policy for the arts" – criada em 1965	Em processo
Metodologia	Equipamentos de participação têm impacto nas normas de planeamento; Actividades socialmente categorizadas têm	"National Arts and Media Strategy"-1991 "Towards a new cultural map" -1991 "The Millennial Map Project" – 1993 "Civic hub"- 1997	Processo participativo e consultivo; estratégico; em profundidade; contínuo; centrado nos diferentes grupos da comunidade; mapeando os recursos culturais.

	vantagens		
Resultados	Os equipamentos desportivos tiveram vantagens face aos centros de artes	Não resultou um mapa compreensivo nem padrões. Aplica-se, por defeito, o conceito de equipamento cultural: “centro de artes”	Em processo

Uma outra sistematização das fases do Planeamento Cultural pode perceber-se pelos Modelos e Políticas da Economia Cultural de Grodach (tradução de Grodach, 2013. p1751)

Quadro 3. Modelos e Políticas da Economia Cultural (Adaptado de Grodach, 2013)

Modelo	Ideias-chave/foco	Políticas	Autores/textos
Desenvolvimento económico convencional	*Atrair empresas/indústrias do exterior *Inexistência de uma política económica cultural	*Incentivos com base no custo *Diminuir as regulamentações *Marketing	Export-base theory (North, 1955) Blakely & Green Leigh (2010)
Cidade Criativa	Atrair o talento móvel	*Qualidade do lugar *Artes/Cultura como atratores	Florida (2002; 2004) Landry (2000)
Indústrias Culturais	* Processos de aglomeração, empresas especializadas e redes	*Minimizar os custos e riscos de transação *Possibilitar informação e parcerias	Hesmondhalgh (2007) Pratt (1997; 2005) Scott (2000; 2004)
Ocupações Culturais	*Necessidade e características dos artísticas e ocupações relacionadas	*Centros de artistas; espaço a custos acessíveis, formação	Markusen (2004; 2006)
Planeamento Cultural	*Artes/cultura informal *Desenvolvimento das comunidades centrado no lugar	*Mapeamento dos valores para o empoderamento comunitário, capacitação	Grogan & Mercer (1995), Evans (2001), McNulty (2005)

#Tradições do Planeamento Cultural

A expressão Planeamento Cultural e sua aplicação parece surgir primeiro nos Estados Unidos e depois na Austrália, sendo que, em 2001 ainda pouco comum no quadro político europeu, segundo Ghilardi :

“The notion of cultural planning, widely applied in both the USA (since the 1970s) and Australia (since the mid – 1980s) [...] is however, still uncommon among European policy-makers” (Ghilardi, Cultural planning and cultural diversity, 2001, p. 5)

No caso específico do Planeamento Cultural, podemos dizer que os Estados Unidos, o Reino Unido, a Austrália, e o Canadá têm alguma tradição nesta área. No entanto, é preciso ter alguma cautela quando países com tradições urbanas diferentes dos países anglo-saxónicos procuram aprender ou importar tradições na área do planeamento cultural. Por um lado, o planeamento cultural requer uma implicação cultural de tal forma que ela é, em parte, avessa a uma qualquer importação de processos de outros países e culturas. Por outro lado, é preciso perceber-se que o que muitos países anglo-saxónicos pretenderam implementar com o planeamento cultural foi uma mais ativa ‘vida urbana’ (urban life) entendida como uma “europeização” dos centros das cidades, ou seja polifuncionalidade territorial e em que os serviços culturais de definição abrangente sustentassem a mudança na economia, tendo as cidades como território de base.

O Planeamento Cultural terá surgido nos Estados Unidos não só teórica e conceptualmente mas, porventura, também em termos práticos com as “Local Arts Agency”, as agências locais para as artes que surgiram pouco depois do fim da segunda grande guerra sendo o resultado dos esforços dos governos locais para desenvolver melhores comunidades habitáveis (livable communities), apoiar o seu crescimento e o potenciar dos recursos culturais e artísticos. É neste quadro que apresentaram os primeiros planos para desenvolver a sua missão (Redaelli, 2012). Em 2015 o Americans for Arts está a desencadear um censo de todas as agências locais ou comunitárias e que serão cerca de 5.000 em todos os Estados Unidos, tendo uma diversidade de denominações (Agência, Comissão, Fundo, Aliança, Conselho), uma diversidade de objetos (Arts -or Arts & ___- Council; Arts commission, cultural commission or heritage commission; Cultural affairs department; Cultural alliance; Business Council for the Arts; Arts service organization; United Arts Fund) e uma diversidade de situações jurídicas (organização pública ou privada; sem fins lucrativos ou com fins lucrativos; etc) (Americans for the Arts). Apesar do carácter aparentemente pioneiro destas agências locais para as artes e/ou a cultura nos estados Unidos, Redaelli refere que o Planeamento Cultural surgiu apenas a partir de 1980, sendo assim concomitante da emergência de tais preocupações com a economia da cultura noutros países, especificamente no caso da Inglaterra e da Austrália.

O Reino Unido tem sido uma referência em termos de planeamento cultural. Segundo Ghilard (Ghilard, 2014), no Reino Unido o Planeamento Cultural foi usado especificamente para promover uma mais alargada noção de cultura, em função dos seguintes aspectos:

- Dar protagonismo às actividades culturais na política das autoridades locais;
- Promover um equilíbrio entre consumo e produção de cultura no âmbito local;
- Apoiar a regeneração urbana e gerar oportunidades económicas;
- Melhorar a qualidade de vida e o bem-estar das pessoas ao nível local;
- Promover o pensamento estratégico e a colaboração entre diferentes áreas de governação, organizações comunitárias e o sector privado. (Ghilardi, 2014)

Graeme e Foord fazem uma análise mais aprofundada do modelo do Reino Unido (Graeme & Foord, 2008), identificando nos anos 90 factores catalizadores para o Planeamento cultural:

- Uma crescente exigência de um quadro conciente para o planeamento das artes e estruturas culturais, quer da parte das entidades governativas locais e regionais, quer da parte do sector cultural;
- A importância do impacto da nova Lotaria Nacional do Reino Unido;
- A importância da tendência da 'renascença cultural urbana' em geral e das recuperações dos centros urbanos e das frentes de água em particular.

Já na década de 2000, dois outros aspectos catalizadores parecem ter sido relevantes:

- nova estratégia espacial regional como resultado da estratégia de governo para as Comunidades Sustentáveis ([ODPM], office of Deputy Prime minister, 2005).
- um aumento da população e a previsão da sua continuidade, criando maiores densidades, mobilidades e novas comunidades para as quais o acesso a instalações de lazer e cultura implicava um planeamento.

Outro país em que o Planeamento Cultural tem tido alguma tradição é a Austrália. Ghilardi (2001, pp. 6-7; 2014) refere quatro grandes momentos do processo de desenvolvimento do Planeamento Cultural na Austrália:

1990 - O Brisbane Cultural Development Strategy de 1990 (Mercer, 1991), documento pioneiro no estabelecimento da lógica do planeamento cultural e que possibilitou a circulação do modelo entre os decisores;

1992 - O Joondalup Cultural Plan (1992), tendo sido a primeira vez que os princípios foram aplicados ao desenvolvimento de uma cidade ecológica recém-construída.

1993 - O aval, em 1993, por parte de três níveis de governação do quadro de intervenção Cultural Development in South East Queensland

1995 - A publicação do Cultural Planning Handbook pela Arts Queensland e pelo Australian Council

Stevenson caracterizou o Planeamento Cultural na Austrália de forma aprofundada num artigo em 2005 (Stevenson, 2005). Stevenson começa por afirmar que o Planeamento Cultural é uma das iniciativas mais significativas de política cultural e para a qual tem havido uma corrida nas últimas duas décadas (portanto desde a segunda metade dos anos 1980). Stevenson parte da defesa de uma definição alargada de cultura, tipicamente antropológica, como a perspectiva válida para a intervenção em planeamento cultural. É a partir desta agenda alargada que Stevenson se propõe analisar a história do planeamento cultural na Austrália e como a ideia de cultura é percebida e negociada pelo estado e pela governação local.

Quanto à história do planeamento cultural na Austrália, Stevenson considera a orientação, desenvolvimento e popularidade do Planeamento cultural na Austrália decorre de vários aspetos: a) tendências internacionais; b) literatura sobre o assunto e c) a rede global de peritos

que ativamente promoveram o planeamento cultural na Austrália. Neste quadro, a ligação Reino Unido – Austrália foi muito mais forte do que a ligação deste país com os Estados Unidos ou Canadá, considerando mesmo a autora que tal levou a que peritos com pouco conhecimento e relação com as vilas, cidades e culturas australianas tiveram uma influência desproporcionada sobre o planeamento cultural na Austrália (id, p. 38)

A partir dos exemplos britânicos e americanos, o planeamento cultural surge na Austrália a partir do final de década de 80, defendendo a ideia de que “a cultura deve estar no centro dos processos de governação local”. A agenda imaginativa por um lado incluía a) iniciativas várias como a ‘europeização’ do centro urbano; o desenvolvimento de centros culturais ou a promoção das culturas locais e ‘sentido de lugar’ e, por outro lado, era também entendida como b) uma ferramenta que facilitava a participação equitativa de uma pluralidade de interesses nos processos de planeamento local (id, p. 38 e 39).

Em termos de agenda de promoção do planeamento cultural, no final dos anos 80 a Austrália acolheu a Conferência das Cidades Criativas no final dos anos 80 e conferências similares em Dezembro de 1991 (EIT 1991) e em 1992, ao mesmo que convidava peritos em planeamento cultural estrangeiros. Em 1991, o maior governo local da Austrália (Brisbane City Council) lançou “A Cultural Development Strategy” de Mercer e Taylor (1991) e a associação de municípios da Tasmania foi a primeira associação de municípios a defender o planeamento cultural seguida por outras como a associação da Austrália do Sul em 1993. É neste quadro que em 1997 o Australia Council estabelece uma parceria estratégica formal com a associação de governos locais australianos e ‘shires’ para promover o planeamento cultural ao nível nacional e desenvolver um quadro de intervenção com os seus principais princípios e prioridades (id, p.39). Por exemplo na Nova Gales do Sul a todos os governos locais foi solicitado que tivessem Planos culturais até 2004. Também os instrumentos informativos e metodológicos foram desenvolvidos, quer por entidades governamentais, quer por entidades privadas (por exemplo a Creative Communities Network, Arts – SA).

Assim, parece claro que o Planeamento Cultural é uma área de cruzamento entre políticas públicas culturais e ordenamento do território com tradição firmada em vários países e com uma história da qual se procura cada vez mais ter consciência, nesta segunda década do século XXI. Para implementar tal política pública, várias entidades em vários países (Estados Unidos, Inglaterra, Canadá, Austrália) criaram uma diversidade de guias ou ‘tool kits’ para a realização do Planeamento Cultural (por ex: Stevens, 1987; Arts, 2004; Curson, Evans, Foord, & Shaw, 2007). O objetivo comum parece ser o de criar estratégias top-down para possibilitar processos bottom-up. A questão é como tal se pode fazer num quadro de equipas multidisciplinares. O problema tem sido levantado por diversos autores e foi sintetizado, de certo modo, por Redaelli ou referir que a principal crítica na Austrália, Reino Unido e Canadá é exatamente a necessidade do Planeamento Cultural ter em conta uma definição alargada da cultura que possibilite ultrapassar um mero planeamento das artes mas com outro nome. Ora, o que está então em causa é, verdadeiramente, uma nova cultura do planeamento e tal desafio é o que procurarei abordar num segundo ponto deste texto.

2. O DESAFIO DE UMA NOVA CULTURA DE PLANEAMENTO

O desafio de uma nova cultura de planeamento parece-nos o aspeto central do Planeamento Cultural. Ou seja, só será possível a realização de um novo *tipo* de planeamento territorial e urbano como planeamento cultural quando a *forma* pela qual fazemos planeamento efetivamente mudar. Propomos aqui que se torna necessário uma agenda para que uma nova cultura de planeamento possa ser efetiva:

1. Uma Antropologização da cultura do planeamento

2. A cultura como estratégia e a cidade-região como âncora

3. Uma perspetiva sistémico-contingencial evolutiva

4. Uma metodologia implicada, em profundidade e contínua: em busca da “participação autêntica”

Procurando seguir os pontos essenciais desta agenda, um primeiro aspeto central é a necessidade de antropologização da cultura do planeamento. Ou seja, torna-se importante que uma conceção antropológica da cultura seja de facto adotada pelas equipas de planeamento territorial. Tal implica obviamente que os antropólogos passem a ter um papel central, e não apenas periférico ou supletivo. É ainda fundamental que haja uma vontade de conceção abrangente e interligada da cultura e dos recursos culturais por parte de tais equipas de planeamento implicando a evidência de tais transversalidades no trabalho em rede dos equipamentos existentes. Por fim, é fundamental considerar os recursos culturais como elementos de uma “abordagem transformacional” ou progressiva como se refere no quadro abaixo.

Quadro 4. Abordagens alternativas à Política Cultural (adaptado de Sacco e Crociata)

Perspectiva	Orientações	Objectivos
Educacional	A cultura como fonte de educação espiritual e de identificação social dos indivíduos. A cultura como um bem de mérito social (público). Consequentemente as políticas urbanas de âmbito cultural têm um carácter paternalístico com o objetivo de maximizar a função educativa e civilizadora do sector cultural. Modelo típico da reconstrução pós Segunda Guerra e associado com a consolidação do moderno Estado Providência	Educar e civilizar as populações locais pela exposição à cultura de elite. A despesa pública foca-se na conservação do património cultural e em equipamentos culturais tal como teatros, bibliotecas e museus, os quais são tipicamente localizados no centro urbano. Ao mesmo tempo, a atividade cultural dentro destes equipamentos é publicamente promovida e sustentada por subsídios para maximizar a acessibilidade do grande público
Económica	A cultura é entendida como uma procura efetiva na economia como um todo. O	Promoção forte dos valores e equipamentos culturais locais, construindo a identidade

	desenvolvimento socioeconómico leva a uma procura diferenciada de experiências e serviços culturais, sustentada por um paralelo aumento médio da disponibilidade para pagar tais serviços pelas famílias. O desenvolvimento de bairros culturais no seio das cidades torna-se uma possibilidade de crescimento para a economia local e as políticas culturais ambicionam aumentar a sua escala e atratividade também para públicos não locais.	cultural da cidade para atrair públicos externos. A estratégia da cidade é a de maximizar a posição (cultural) económica (como acontece em muitas cidades da arte). A política centrada na valorização do capital de infraestruturas é muitas vezes ultrapassada pela despesa em eventos atrativos mas efémeros (grande exposições; concertos únicos, etc)
Regenerativa	A cultura é uma plataforma para a reconstrução de uma identidade local de compromisso. O declínio da economia de base tradicional e consequentes tensões ambientais, económicas e sociais levou à necessidade de criar novas bases económicas, tornando a cultura uma opção atrativa. A necessidade de realocar a força de trabalho desempregada em novas oportunidades ocupacionais para os novos de forma a evitar que (e)migrem. Necessidade de preencher os vazios urbanos deixados pela quebra ou fechamento das atividades económicas tradicionais.	Reabilitação de largas porções do tecido urbano e mudanças no uso para os quais estava previsto. A atração de empresas, capital e pessoas de fora da cidade através de um marketing urbano intensivo com o objetivo de melhorar drasticamente a reputação e imagem da cidade. Uma política focada no reforço da vitalidade da cena cultural urbana pelo suporte das comunidades criativas locais ou (em alternativa) pela atração de atores culturais externos formadores de opinião e pelo design de novas comunidades 'culturalmente criadas'.
Progressiva	A cultura como fator na transformação estrutural profunda da economia e sociedade locais no contexto pós-industrial. Necessidade de redefinir as fundações da identidade cívica através da participação numa sociedade cada vez mais fragmentada onde a própria ideia de bem comum e comunidade de interesses comum tornou-se um desafio. A participação cultural tornou-se uma dimensão básica da vida cívica quotidiana, e da produção de conhecimento intensivo e da interação social. O sector cultural deixou de ser um enclave da economia local e tornou-se um sector aberto com uma função chave de fertilização cruzada e com trocas muito ativas com outros sectores produtivos em termos de práticas de inovação, educação ao longo da vida, coesão organizacional e outros.	Procurando uma verdadeira síntese dos componentes económicos, sociais e simbólicos na adaptação estrutural do sistema local às pressões competitivas globais. A cultura como plataforma para a produção do bem-estar coletivo (investimento em formas várias de agregação e pontes do capital social), orientação coletiva para a produção e circulação de capital (investimento em várias formas de capital humano e informacional e de ligação de capital social) e identidade do lugar e sentido de pertença (produção de capital simbólico). Uma centralidade política em projetos de longo prazo nos quais os componentes tangíveis e intangíveis da infraestrutura cultural estão estrategicamente ligados através de uma perspetiva estratégica de longo-prazo partilhada.

Um segundo aspeto que parece fundamental é a ancoragem da cultura em termos territoriais. Ou seja, qualquer recorte da cultura é sempre uma artificialidade uma vez que qualquer cultura é uma subcultura e inclui subculturas. Normalmente quando se fala de Planeamento Cultural refere-se sempre o *local* ou a *comunidade* como referências territoriais mas, ao mesmo tempo, é preciso não esquecer a necessidade de articulação do local com o global nos seus diversos níveis, assim como a necessidade de integração horizontal e vertical. Neste

sentido, é pertinente identificar um território passível de ser o locus fulcral nessa integração horizontal e vertical. Tal unidade territorial propõe-se que seja a 'região', ainda que ela possa ter definições culturais e territoriais relativamente díspares dentro de cada país e de país para país. Ou seja, a região é um produto cultural e é tal produto, caracterizado pela cidade-região e, em muitos casos, pela metrópole-regional que é a múltipla escala que mais pode servir ao Planeamento Cultural. O quadro abaixo sobre o valor estratégico da cultura de Mercer constitui um exemplo dos contributos das artes e cultura em torno da cidade-região.

Quadro 5. A cultura como valor estratégico (adaptado de Mercer, 2006: 3)

Contexto	O contributo das Artes e da Cultura
Reestruturação da economia local.	<ul style="list-style-type: none"> *Salienta a importância estratégica na economia das comunidades dos conteúdos das indústrias culturais e criativas baseados na propriedade intelectual *Ajuda a desenvolver novas práticas de marketing e marca para os negócios existentes/tradicionais *Trabalhar em parceria e sinergia com os negócios existentes/tradicionais, possibilitando públicos, ofertas, desenvolvimento de marca e oportunidade para o consumo e diversidade da experiência.
Importância da qualidade de vida e qualidade dos lugares como factores nas decisões de localização.	<ul style="list-style-type: none"> *Influência nas decisões locais pessoais/de carreira *Influência nas decisões locais dos negócios *Influência nas decisões de investimento internas
Redução da 'fuga suburbana'	<ul style="list-style-type: none"> *Tornar e consolidar as áreas do centro como mais atrativas para o trabalho e residência *Possibilitar o potencial da economia noturna e da economia de 24 h *Encorajar a renovação industrial, do património e dos bairros históricos *Desenvolver o capital social e humano – competências, confiança, reciprocidades e redes *Criar ruas mais seguras e activas, em função de estratégias de animação ou similares
Cidades-Região – Não apenas localidades	<ul style="list-style-type: none"> *Estabelecer uma identidade distintiva local/regional clara e uma 'marca' do(s) produto(s), como no caso do 'Design' como elemento distintivo da cidade-região de Barcelona/Catalunha ou na cidade-região de Milão. É a cidade-região que é – e sempre foi – a unidade básica de produção de valor e economia da inovação.
Necessidade de força de trabalho altamente qualificada	<ul style="list-style-type: none"> *Proporcionar variedade e qualidade de comodidades para atrair trabalhadores de conhecimento-intensivo, altamente qualificados e com alta produção de valor
O imperativo digital: para infraestrutura e conteúdo	<ul style="list-style-type: none"> *Criar, explorar e disseminar o 'conteúdo' das indústrias culturais e criativas. *Estabelecer um nicho e marca distintiva para a área urbana/cidade-região *Criar sinergias entre 'arte' e 'tecnologia' para os sectores de grande crescimento como os jogos e software de lazer.
A importância dos grupos focais e redes	<ul style="list-style-type: none"> *Providenciar elementos para uma 'massa crítica' urbana e ocasiões para reuniões/encontros para o potenciar das redes criativas *Criar redes informais e 'não-funcionais', iniciativas tal como 'primeira terça', 'Café Cultural' que possam colocar juntos criadores, produtores, consumidores e investidores para desenvolver quer a base industrial, quer

	o mercado.
Inclusão Social	<p>*Demonstrar a relação positiva entre diversidade cultural e diversidade produtiva</p> <p>*Assegurar que as estratégias culturais urbanas não resultam apenas em gentrificação e 'limpeza étnica'</p> <p>*Contribuir para ruas mais seguras e possibilitar oferta comercial e diversidade</p> <p>*Aumentar a diversidade de populações, experiências e públicos (o que significa também procura e gastos) nos centros urbanos.</p>

Uma perspectiva sistémico-contingencial evolutiva é também um aspeto fundamental. Ou seja, por um lado é necessário uma abertura à cultura na sua definição mais abrangente e à diversidade cultural planetária e aos seus direitos de expressão. Por outro lado, tal abrangência não deve e não pode colocar em causa a análise de cada caso na sua especificidade. Assim, uma perspectiva sistémico-contingencial torna-se necessária. Por outro lado, é importante que o planeamento não seja um produto fechado mas, cada vez mais, uma narrativa evolutiva e de acompanhamento. Em termos de matrizes, dois exemplos podem ser apresentados: o de Mercer e o de Sacco e Crociata.

Colin Mercer (2006: 15) criou uma Matriz Urbana de Produção de Valor' no quadro da economia criativa, a partir de dois grupos de indicadores. Por um lado, os cinco elementos da cadeia de valor criados por Michael Porter, modificados por Charles Landry para se adaptarem especificamente à economia criativa; por outro lado, as cinco áreas de competências administrativas (1. económica; 2. social; 3. cultural; 4. ambiental; 5. infra-estrutural), o que na Austrália é designado como Planeamento Integrado de Áreas Locais.

Os cinco elementos de Porter da cadeia de valor são os seguintes:

1. Logística de entrada (Desenvolvimento de Produto)
2. Operações (Produção)
3. Logística de saída (Distribuição)
4. Marketing e vendas
5. Serviço pós-venda

Estes cinco elementos foram modificados por Charles Landry, para adaptação à economia criativa (às indústrias culturais), dando origem aos seguintes elementos (in Mercer, 2006: 15):

Arranque: Estádio de criação de ideias. É o momento inicial e o fórum de 'criatividade', onde quer que este tenha lugar: em casa, na rua, na escola ou através de processos mais formais, estabelecendo propriedade intelectual, patentes, etc.

Produção: Como é que a ‘criatividade’ se transforma em produção? Temos as pessoas, os recursos e as competências educativas e produtivas necessárias para ajudar à transformação de ideias em produtos vendáveis?

Circulação: Trata-se da disponibilidade de agentes e agências, distribuidores e vendedores (por exemplo no caso dos filmes e de publicações) ou intermediários, empacotadores e montadores de produto. Também inclui que catálogos, listas, arquivos, inventários, meio de comunicação existem para ajudar à circulação e venda dos produtos culturais e dos produtores culturais.

Mecanismos de entrega: São ‘plataformas’ que possibilitam os produtos culturais sejam consumidos e desfrutados: trata-se dos lugares onde eles podem ser vistos, experienciados, consumidos e comprados. Significa avaliar a acessibilidade dos teatros, cinemas, livrarias, salas de concerto, canais de Tv e ecrãs, revistas, museus, espaços comunitários e públicos, lojas de música e outros.

Públicos e recepção: Trata-se dos públicos, críticos e outros ‘gatekeepers’ e envolve actividades como o marketing, relações públicas e publicidade. Tal envolve aspectos como a pesquisa de mercado e públicos, tal como questões de preço e grupos-alvo (ex: velhos e novos; género; educação)

A matriz urbana de produção de valor de Mercer apresenta-se na sua configuração final, como abaixo se apresenta.

Quadro 6. Matriz Estratégica de Mercer (Adaptado de Mercer, 2006)

Estádios da cadeia de produção de valor (eixo horizontal)	1. Arranque; pré-produção (logísticas de saída)	2. Produção; Criação (Operações)	3. Circulação (logísticas de saída)	4. Entrega (Marketing e vendas)	5. Públicos; consumo (serviços pós-venda)
Áreas da política e planeamento (eixo vertical)					
1. Económico	*Qualidade de vida no trabalho /atração do negócio	*conjunto de competências *Convergência	*Distribuição inteligente e vectores de acesso *Capacidade física e virtual	*Marketing de acesso directo. *Variedade e diversidade de produtos	Cidadãos saudáveis, ricos e inteligentes como consumidores
2. Social	*Força de trabalho competente e culta	*Qualidade de vida *Coesão social	*Redes de comunicação *infraestrutura ágil	*Interpretação, entendimento, redes de acesso	*Diversidad e de consumo *Caveat. em ptor (compra consciente)
3. Cultural	* Lugar de interação	*Infraestrutura ágil	*Infraestrutura criativa	*Espaços e instituições culturais	*Economia Simbólica

	*Participação cívica *Infraestrutura criativa	*Infraestrutura criativa *Construção de competências	*Vitalidade e dinamismo da comunicação	*Plataforma de comunicações	*Comorensã o da diversidade de gostos e estilos de vida
4. Infraestrutural	*Desenvolvimento para usos mistos *Desenvolvimento para usos adaptativos *Planeamento de transportes	*Proximidade *Acesso *Canais de comunicação	*Canais de comunicação *Espaços de troca	*Aspectos de zoneamento/planeamento *Redes de acesso	*Opções de públicos e sua troca
5. Ambiental	*Economias do prazer *caldo de estilos de vida	*Equilíbrio *Sustentabilidade	*Sustentabilidade das relações de troca e transação	*Cidade com palco *Animação *Ágora	*Consumo sustentável

Outro exemplo de aproximação a esta questão e a esta perspetiva sistémico-constingencial é visível na conceção de Sacco e Crociata que contestam as teorias mono-causais e propõem um modelo sistémico contingencial sustentado em três dimensões: Temas, Equipamentos e Dimensões Críticas. O elemento central do modelo são 12 Dimensões Críticas, as quais se agregam em 5 grupos (Qualidade, Genius Loci, Atração, Redes e Sociabilidade) e que, por sua vez, se agregam ainda em “três esquemas distintos mono-causais”:

1. O efeito de atração especificado por Richard Florida
2. A reestruturação competitiva especificada por Michael Porter
3. A construção de capacidades especificada por Amartya Sen

A “ferramenta” básica proposta é a matriz estratégica que cruza as “dimensões críticas” por um lado e os “equipamentos” por outro.

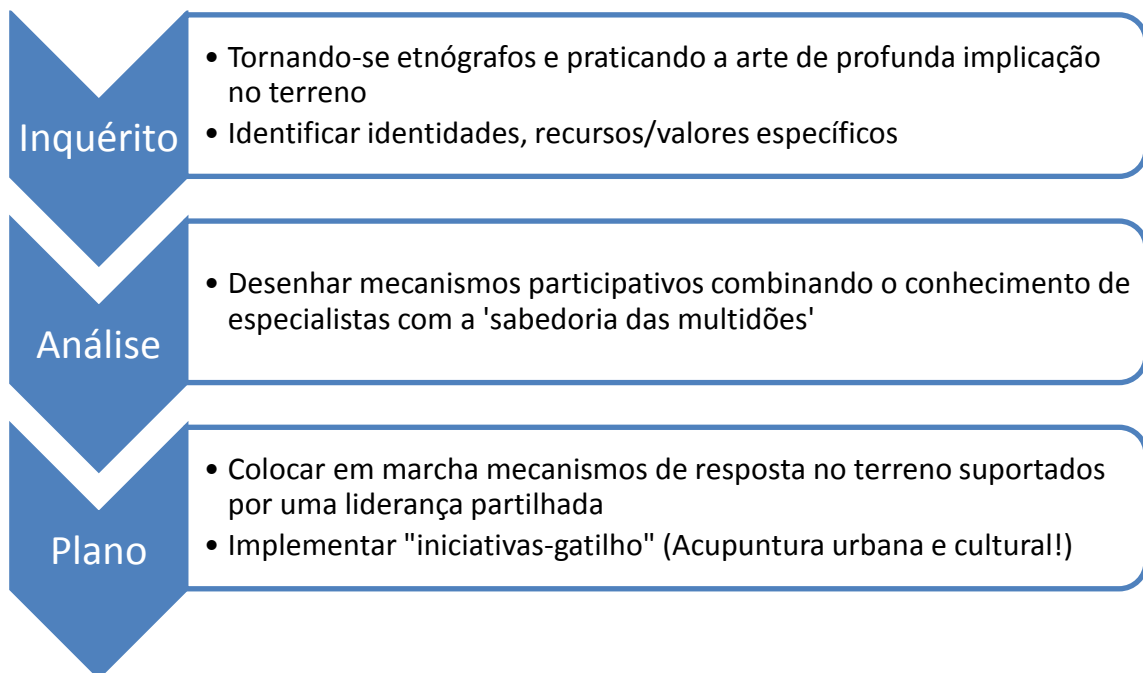
Quadro 7. Matriz Estratégica (adaptada de Sacco e Crociata)

Qualidade	Qualidade da oferta cultural					
	Qualidade da governança local					
	Qualidade da produção de conhecimento					
Genius Loci	Desenvolvimento do empreendedorismo local					
	Desenvolvimento do talento local					
Atração	Atração de empresas externas					
	Atração de talentos externos					

Redes	Redes internas					
	Redes externas					
Sociabilidade	Gestão de criticalidades sociais					
	Construção de competências e educação da comunidade local					
	Envolvimento da comunidade local					
		Capital natural	Capital físico	Capital humano	Capital social	Capital simbólico

Finalmente, torna-se necessária uma metodologia implicada, em profundidade e contínua: em busca da “participação autêntica”. A metodologia de carácter antropológico é fundamental e tal metodologia não deve ser desvirtuada. Aqui seguimos as propostas de Ghilard, Evans & Foord e Mercer e defendemos a adoção de estratégias antropológicas nos processos de planeamento territorial. Ghilard propõe três momentos (quadro abaixo), os quais podem ser resumidos quanto a nós, numa 1. Avaliação Cultural da Comunidade e 2. Plano Colaborativo da Comunidade.

Quadro 8. O Método do Planeamento Cultural (adaptado de Ghilard, 2014)



1. A Avaliação cultural da comunidade

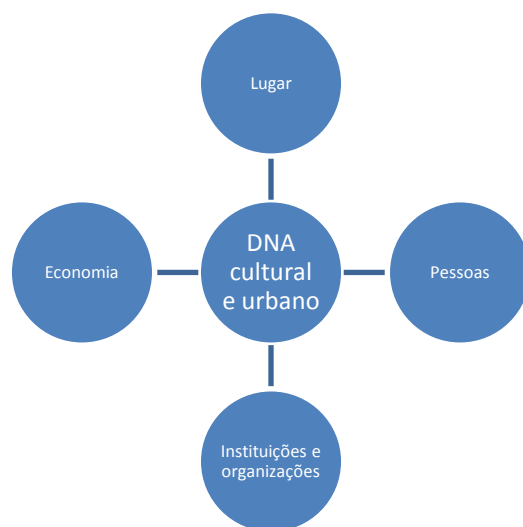
Mercer afirma que o “Planeamento Cultural tem que ter como princípio estar sustentado num processo rigoroso e completamente consultivo de *avaliação cultural da comunidade*. Tal avaliação é às vezes conhecida como mapeamento cultural.” (Mercer, 2006: 9)

Segundo Patrick Geddes e o princípio “Survey before plan”, Mercer refere que não é possível planejar recursos culturais se não se souber previamente duas coisas: 1. O que já existe; 2. Qual o seu potencial. A avaliação cultural da comunidade é definida da seguinte forma:

“Uma avaliação cultural da comunidade implica ao mesmo tempo consulta pública e um processo de rigorosa e detalhada pesquisa – quantitativa e qualitativa – em relação a diversos recursos culturais e diversas necessidades culturais” (Mercer, 2006: 9).

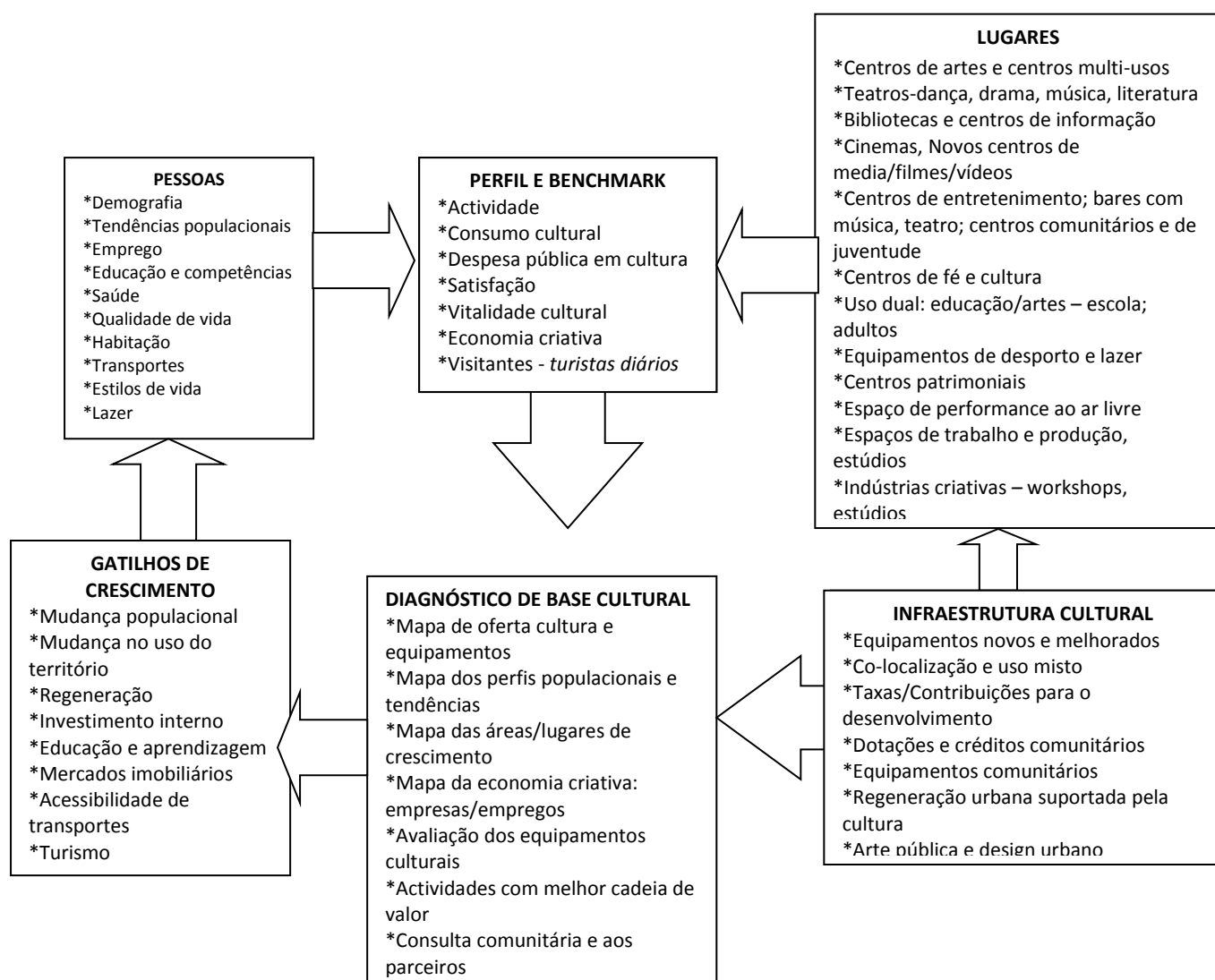
Gilhard (2014), por seu lado considera que se deve tentar atingir o DNA Cultural da comunidade e propõe o seguinte esquema para evidenciar tal intenção:

Quadro 9. O DNA Cultural e Urbano (adaptado de Gilhard, 2014)



Graeme & Foord (Graeme & Foord, 2008, p. 80) caracterizam, por sua vez, o diagnóstico de base de tipo cultural (“Cultural baseline”) em função do seguinte quadro:

Quadro 10. Avaliação Cultural da Comunidade (Adaptado de Graeme & Foord, 2008)



2. Planeamento Cultural Colaborativo

Apesar de pedagogicamente se estabelecer uma diferença entre Avaliação Cultural da Comunidade e Planeamento Cultural Colaborativo, a verdade é que algumas ‘ferramentas’ possibilitam informações para ambos os casos. A avaliação cultural da comunidade sustenta o Planeamento Cultural ao qual se tem de chegar e para o qual se podem considerar dois grandes métodos que incluem uma série ilimitada de técnicas:

1. Mapeamento cultural imaginativo

2. Planeamento com os parceiros

Estes dois métodos podem em parte sobrepor-se uma vez que o planeamento com os parceiros pode utilizar técnicas de mapeamento cultural imaginativo. No entanto, a identificação destes dois métodos permite dar relevo aos princípios de recolha e de participação, assim como orientações descritivas e prescritivas, ambos (princípios e orientações) fundamentais como métodos para um Planeamento Cultural Colaborativo. Não aprofundaremos neste texto as técnicas de mapeamento as quais, em função da grande riqueza de experiência em torno do mapeamento cultural, implicam um texto autónomo. No entanto, pode-se dizer que em relação às técnicas de mapeamento, Ghilardi (2014) distingue três tipos de mapeamento: mapas ecológico-culturais, mapas mentais e mapas intencionais.

Quadro 11. Ferramentas de Mapeamento Cultural (Adaptado de Ghilard, 2014)

Ferramentas de Mapeamento:

Mapas de Ecologia Cultural: (para melhor informação sobre bens culturais com potencial, para um marketing melhor e para melhorar a rede entre organizações culturais). Inclui mapas SIG.

Mapas Mentais: (para representar perceções, sentimentos, imagens do lugar, identidade). Também bancos de imagens.

Mapas Cognitivos: (para desenvolver novas soluções ou oportunidades de desenvolvimento; para relacionar recursos/bens com potencial e necessidades e enfrentar desafios de uma forma criativa.)

É em função de todos estes processos de mudança no Planeamento Territorial, pela conceção do mesmo, por um lado, como um novo *tipo* de planeamento, o Planeamento Cultural, e por outro lado, pela mudança na *forma* de fazer planeamento, criando assim uma nova Cultura de Planeamento. Ainda que o que está em causa seja uma mudança complexa, trata-se de passar de um paradigma do Planeamento Físico a um paradigma do Planeamento Cultural, sendo que este se define pela construção em ação, significando tal sempre uma insatisfação e incompletude na sua definição. Tal imperfeição e incompletude é inerente à (in)definição do Planeamento Cultural, enquanto processo antropológico, regional, sistémico-contingencial e profundamente implicado, colaborativo e imaginativo.

3. DO PLANEAMENTO FÍSICO AO PLANEAMENTO CULTURAL

Neste texto procurou-se fazer uma análise do Planeamento Cultural enquanto novo tipo de planeamento territorial e nova *forma* de planear ou nova Cultura de Planeamento. O objectivo era o de evidenciar que mais do que mais um sector do planeamento (o planeamento da cultura), o Planeamento Cultural é uma nova forma de encarar o planeamento territorial e tal implica de facto uma nova forma de fazer planeamento. Numa primeira parte, abordou-se o planeamento cultural enquanto *novo tipo de planeamento*, nas suas problemáticas definições, nas suas fases históricas e nas suas tradições. Numa segunda parte do texto procurou-se evidenciar o Planeamento Cultural como uma *nova forma de planeamento*, uma nova Cultura de Planeamento, em função da sua antropologização, do seu carácter sistémico-contingencial evolutivo, centrado na 'região' e na nova metodologia necessária, centrada numa implicação colaborativa da comunidade. Sem ter mais pretensões do que ser uma introdução breve, o que parece ser claro é que se procura passar de um paradigma de planeamento físico a um paradigma de planeamento cultural e que tal abordagem transformacional depende muito mais de uma vontade das equipas de planeamento do que propriamente de qualquer texto que procure defender um novo tipo de planeamento. Algumas das propostas desta mudança de paradigma apresentam-se no quadro seguinte, mais uma vez como mera aproximação a uma abordagem transformacional desejada.

Quadro 12. Do Planeamento Físico ao Planeamento Cultural

	Planeamento Físico	Planeamento Cultural
Cultura de planeamento	engenharia; geográfica, económica	Antropológica, sociológica, política
Objectivo do Planeamento	Ordenamento do território e gestão de fluxos	Gestão sustentável de sistemas de convivência da diferença
Planeamento como reacção	Aumento demográfico; industrialização	Pós-industrialização; retração demográfica e económica; globalização dos fluxos populacionais
Elementos-chave do planeamento	Território; zonas; fluxos	Vida da cidade-região: Território, Pessoas, Cultura e Criatividade
Âmbito do planeamento	Cidade como centro do planeamento	Do Lugar à Cidade-Região: integração vertical e horizontal
Dimensões do planeamento	Zonas; funções	Lugar; actividades
Metodologia do Planeamento	Laboratório de arquitectura e engenharia	Etnografia; Participação; foruns
Técnicas de planeamento	Mapeamento simples dominado por especialistas	Mapeamento cultural; planeamento plural: metodologias participativas e colaborativas
Capitais mais intensivos	capital natural; capital físico (imobiliário e móvel)	Capital humano, social, simbólico, intelectual
Economias centrais	Indústria pesada; indústrias de transformação	Indústrias culturais e criativas como centro da reindustrialização
Resultados	Os Plano como produtos finais	Planeamento como processo contínuo

Referências.

[ODPM], office of Deputy Prime minister. (2005). *Sustainable Communities: People, places and prosperity*. London: author.

Dreeszen, C. (1998). *Community Cultural Planning Handbook: A Guide For Community Leaders*. Washington DC: Americans for the Arts.

Ghilardi, L. (2001). Cultural planning and cultural diversity. In T. B. (ed.), *Differing Diversities: Cultural Policy and Cultural Diversity* (pp. annex 1.1 (1-17)). Council of Europe Publications.

Ghilardi, L. (21-23 de May de 2014). *Practicing Cultural Mapping and Planning - The Challenges and the Benefits*. Obtido em 29 de Julho de 2014, de Metropolis Laboratory, Copenhagen: <http://kit.dk/2014/documents/MetropolisLab14/lab%20presentations/lab%20presentations/Lia%20Ghilardi%20Met%20Lab%202014%20pdf.pdf>

Graeme, E., & Foord, J. (2008). Cultural mapping and sustainable communities: planning for the arts revisited. *Cultural Trends*, vol 17, nº 2 , 65-96.

Grodach, C. (2013). Cultural economy planning in creative cities: discourse and practice. *International Journal of Urban and Regional Research*, Volume 37.5, September , 1748-1765.

Olivier, P. (2012). As Políticas Culturais na França. *Repertório*, nº 19, (pp. 134-135). Salvador.

Perloff, H. F. (1979). *The Arts in the Economic Life of the City: A Study*. New York: American Council for the Arts.

Redaelli, E. (2015). Cultural Planning in the United States: Toward Authentic participation Using GIS. *Urban Affairs Review* (pp. 1-28). Sage.

Sacco, P. L., & Crociata, A. (2013). A conceptual regulatory framework for the design and evaluation of complex, participative cultural planning strategies. *International Journal of Urban and Regional Research*, volume 37.5 September , 1688-1706.

Sirayi, M. (2008). Cultural Planning and Urban Renewal in South Africa. *The HJournal of Arts Management, Law, and Society*, vol 37, nº 4 , 333-344.

Stevenson, D. (2005). Cultural Planning in Australia: Texts and Contexts. *The Journal of Arts Management, Law, and Society*, vol. 35, nº 1 , 37-48.